

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.026 - MT (2019/0290311-3)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DOUGLAS CRISTIANO ALVES LOPES
ADVOGADO : DOUGLAS CRISTIANO ALVES LOPES - MT0156160
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : LEYSSA ERIKA RODRIGUES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de LEYSSA ERIKA RODRIGUES DA SILVA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, que indeferiu o pedido liminar no *writ* de origem.

A paciente foi presa em flagrante, convertida em preventiva, como incursa nos arts. 33, 35, e 40, inciso IV, da Lei 11.343/2006.

Impetrado *mandamus* na origem, a liminar foi indeferida.

Daí o presente *writ*, em que o impetrante argumenta, em síntese, ocorrência de flagrante ilegalidade no caso vertente, a autorizar a mitigação do óbice da Súmula 691/STF.

Aduz condições pessoais favoráveis (primariedade e residência fixa no distrito da culpa) e, ainda, que a paciente *é genitora de uma criança com idade de 10 (dez) meses e 29 (vinte e nove dias)* (fl. 12).

Requer, liminarmente e no mérito, seja convertida a prisão preventiva em domiciliar.

Na origem, o processo nº 8886-46.2019.811.0064 encontra-se em fase de instrução. Foram prestadas informações ao Tribunal *a quo*, de modo a instruir o julgamento do mérito do *habeas corpus*, em 25/9/2019, e remetidos os autos para a Quinta Vara Criminal da Comarca de Rondonópolis em 26/9/2019, conforme informações processuais disponibilizadas no sítio do Tribunal de origem (acesso: 30/9/2019).

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

A decisão do Tribunal de origem que indeferiu a liminar foi

fundamentada nos seguintes termos (fls. 85/86):

Em análise perfunctória do édito segregatório, verifico que a d. autoridade tida por coatora decretou a prisão preventiva da paciente por vislumbrar indícios suficientes de que estaria praticando a mercância espúria de entorpecentes utilizando-se de redes sociais, uma vez que **foi presa em flagrante em posse de 03 (três) porções de substância entorpecente análoga à MACONHA, com peso total de 265,21g (duzentos e sessenta e cinco gramas e vinte e um miligramas)**, a evidenciar *o fumus comissi delicti*.

Em decorrência disso, e vislumbrando que **a paciente confessou em seu interrogatório extrajudicial ter recebido a droga como pagamento por ter armazenado, na casa em que reside com a senhora Adrielly, determinada quantidade de substâncias psicotrópicas**, alegando, outrossim, que teria oferecido 15g (quinze gramas) do entorpecente à um rapaz, por meio do aplicativo Whatsapp, porque “considera a quantia de 100 gramas muito para seu uso pessoal”; o d. juízo *a quo* concluiu pela indispensabilidade da custódia cautelar para o fim de garantir a ordem pública, em razão da expressiva quantidade de droga apreendida em seu poder e da gravidade concreta da conduta imputada, a revelar a existência do *periculum libertatis* [ID 15726951, págs. 4-5).

[...]

Igualmente, com relação à possibilidade de submissão da increpada à prisão domiciliar, ao menos nesse momento de análise prévia do alardeado constrangimento ilegal, não vislumbro motivos suficientes para a concessão liminar do *writ*, afinal, como bem pontuou o d. magistrado da instância singela, a paciente afirmou perante a autoridade policial que **sua filha de pouco mais de 09 (meses) de idade estaria residindo com a avó materna em outro domicílio**. Logo, aparentemente, os cuidados da genitora não são estritamente necessários à infante, como aduz o impetrante.

A decisão que decretou a prisão preventiva assim dispôs (fls. 65/67):

[...] Em diligência, os investigadores identificaram o local, onde dois indivíduos estavam na frente da residência fazendo uso de maconha. Em abordagem, localizou-se **no interior da residência** meio tablete de drogas e outras duas porções de maconha, os quais foram submetidos à perícia técnica e constatado resultado positivo à maconha.

[...]

Registra-se, neste diapasão, que conforme termo de declarações acostados, as testemunhas Leandro Almeida Ramos e Beatriz Silva Portela afirmam que **consumiram drogas na residência em que a suspeita foi localizada juntamente com a droga apreendida, fornecida por Leyssa Erika e juntamente com uma adolescente**.

Nesse mesmo sentido, a autuada **afirma que armazenou droga e em contrapartida recebeu como pagamento a quantia de 100 (cem) gramas, das quais, colocaria a venda 15 (quinze) gramas via aplicativo whatsapp**.

[...]

Oportuno assinalar que os crimes envolvendo o comércio ilícito de

Superior Tribunal de Justiça

entorpecentes apresentam uma periculosidade acentuada, (...) os quais apontam a necessidade pela segregação cautelar dos agentes envolvidos com o intuito de salvaguardar a ordem pública. Além disso, não há como afastar o abalo que um crime deste jaez traz à tranquilidade pública.

[...]

Nesse compasso, embora a Lei nº 12.403/2011 tenha trazido alterações ao CPP ampliando a possibilidade de concessão de liberdade provisória, no caso em tela, entendo que a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão não se mostram suficientes, existindo subsídios para a conversão da prisão em flagrante em preventiva, a necessidade de se proteger a ordem pública como imperativo da normalidade social.

Como se vê, consta no decreto prisional fundamentação idônea, evidenciada na gravidade concreta da conduta delitiva. A paciente não apenas armazenou drogas em residência, como as forneceu *juntamente com uma adolescente*.

Esta Corte tem compreendido que a prática do delito com envolvimento de adolescente constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: RHC n. 53.411/CE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 09/04/2015; HC n. 312.760/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Jorge Mussi – DJe 25/05/2015; e RHC n. 38.586/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 23/08/2013.

Quanto ao pedido de conversão da prisão preventiva em domiciliar, fundado no interesse de filhos menores de 12 anos, destacou o Tribunal que *a paciente confessou em seu interrogatório extrajudicial ter recebido a droga como pagamento por ter armazenado, na casa em que reside com a senhora Adrielly, determinada quantidade de substâncias psicotrópicas*. Esta circunstância também foi destacada no decreto prisional, pois *a autuada afirma que armazenou droga e em contrapartida recebeu como pagamento a quantia de 100 (cem) gramas*.

Esta Sexta Turma entende que a substituição do encarceramento preventivo pelo domiciliar não resguarda o interesse dos filhos menores de 12 anos de idade, quando o crime é praticado na própria residência da agente, onde convive com os infantes. Nesse sentido citam-se os seguintes julgados: RHC 45.434/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/06/2014, DJe 04/08/2014; HC 416.501/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 09/04/2018; HC n. 424.604/SC, Rel. Ministro Felix Fischer, QUINTA TURMA, DJe 16/2/2018.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, havendo a indicação de fundamentos concretos a justificarem a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardarem a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Não se verifica, portanto, ilegalidade para justificar a mitigação do enunciado da Súmula n. 691 do STF.

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 30 de setembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator